

Aos onze dias do mês de maio de 2023, reuniram-se no auditório do CAEP – Professora Marilene Scrippe, sito a Rua Veríssimo Marques, 250 – Centro de São José dos Pinhais, para a 4º Reunião Ordinária, os membros do Conselho Municipal de Educação: Ana Lucia Rodrigues, Angela Pereira Branco, Carmem Lúcia de O. Rocha, Carolline P. de Araújo Maia, Clície Maria C. Negoseki, Dhebora Cristina da Silva, Fátima Batistão Machado, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Marilza Aparecida P. Teixeira, Mônica Taís Neves da Silva, Queila Cristina I. B. Martins, Stela Regina G Wontroba, Tatiane Fátima Kusma. Como convidados: Bárbara Princival Cordeiro, Delma Regiane Cordeiro Furman, Luiz Fernando Miqueliza, Rosiani Silva Franchetto.

A 4ª (quarta) Reunião Ordinária do Conselho Pleno é iniciada com a presença dos Secretários: Aldrian Fernando Cortes Matoso (Educação) e Jefferson de Souza (Segurança), ambos falam sobre a Segurança nas Escolas e citam algumas ações que foram feitas, como o botão de pânico que foi disponibilizado imediatamente, pois já havia sendo estudado desde o atentado da Vila Sônia no final do mês de março, e a presença dos vigilantes nas Escolas, explicando que foi feito um contrato emergencial, com a força tarefa de várias Secretarias e nenhuma das empresas que disputaram esse contrato possuíam 120 (cento e vinte) vigilantes de imediato, por isso ainda faltam algumas escolas. O Secretario Aldrian coloca que ainda é preciso uma série de ações para melhorar efetivamente a segurança, é um desafio muito grande, mas depende também da Polícia Civil, Polícia Militar e do trabalho da Guarda Municipal, no dia 20 (vinte) de Abril foi realizado um trabalho intenso junto com a Guarda Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil, procurando tranquilizar a comunidade, foi o dia que mais teve presença da Segurança Pública dentro das Unidades e o menor quórum de crianças, pois muitos pais optaram por não levar os filhos. Entre as ações há também várias Unidades com a previsão de reforma com muros mais elevados. A Conselheira Mônica questiona sobre o contrato dos vigilantes, o mesmo terminará em outubro e pergunta o que será feito depois. O Secretário explica que a modalidade de contrato emergencial é por 180 (cento e oitenta) dias, mas que nesse período obrigatoriamente, precisa licitar, como já havia uma licitação para as demais unidades da prefeitura, foi incluído mais esses postos das escolas e já está em andamento a licitação. O Secretário de Segurança De Souza, complementa o que foi dito pelo Secretário Aldrian sobre o botão de pânico e coloca que foi feito um trabalho em pouco espaço de tempo mas com muita qualidade, foi disponibilizado para as Escolas Particulares e também para as Estaduais, visto que os alunos dessas Escolas são do Município, foram feitas visitas nas Escolas para verificar referente a segurança, o que se pode

mudar na estrutura, já estão sendo orçamentos para poder melhorar, mas também é preciso da ajuda das famílias, que elas fiquem atentas ao comportamento da criança, olhar o que está sendo acessado na internet e também verificar a mochila de seus filhos antes dele vim para a Escola. A Conselheira Mônica comenta sobre um projeto que era feito antigamente nas escolas, chamado PROERD, que falava de drogas, bullying, violência e estreitava os laços da comunidade com o Policial Militar, era um trabalho maravilhoso feito o ano todo com os alunos. O Secretário Aldrian diz que o projeto foi restabelecido no final do ano passado e está em tramitação na PGM, para ser implantado e concorda dizendo ser essencial retomar isso, mas que a guarda também irá fazer trabalho. O Secretário De Souza fala que o nome do projeto é Conhecer para Prevenir e será implantado no 2º semestre nas Escolas, traz a questão do agressor ativo, bullying e várias situações, será levado para as Escolas Particulares e também para as Escolas Estaduais, palestras para as crianças e para os professores sobre como se comportar, o que deve ser feito e outras palestras que achar interessante. O Secretário Aldrian coloca que foi feito um concurso da Guarda, e estão sendo chamados novos Guardas para aumentar o efetivo. O Secretario De Souza afirma que os mesmo já estão fazendo o curso de formação, e que foi implantando no ano passado, a Patrulha Escolar da Guarda Municipal, a mesma foi ampliada e no momento todas as viaturas também fazem o patrulhamento nas Escolas. A Conselheira Leila fala sobre um trabalho que realizou na Igreja com crianças, adolescentes e pais e que ficou chocada de como a sociedade está doente. A Conselheira Queila também relata a sua experiência e afirma que essa questão relatada pela Conselheira Leila, está muito forte, e os equipamentos não estão dando conta, é preciso ter Projetos, Programas, para atingir essas famílias, e coloca também a questão da Evasão Escolar. O Secretário De Souza coloca que há a intenção de implementar um Projeto, junto com o governo Federal e afirma que o grande vilão da falta de Segurança Pública é a Evasão Escolar, o Projeto irá envolver todas a Secretarias: Educação, Esporte, Cultura, Trabalho, toda a Prefeitura com trabalho de Assistência Social, Psicológica e etc. A Conselheira Dhebora comenta que as crianças não estão tendo prioridade nos serviços médicos de psiquiatria e psicologia, e cita alguns casos da Escola em que ela trabalha. O Secretário de Souza explica sobre o Projeto Anjos da Guarda, da Guarda Municipal, que será lançado no dia 18 (dezoito) dizendo que é um Projeto parecido com a Patrulha Maria da Penha, mas voltado para criança, Já tem uma equipe capacitada, vão ir até as Escolas para ver essa questão do risco e também de direitos violados. Na sequência algumas Conselheiras relatam algumas experiências com seus alunos, a Presidente Ana Lucia agradece a presença dos Secretários, os mesmo se colocam a disposição e se despendem. A Presidente

Ana Lucia faz a verificação do quórum e inicia falando sobre as faltas justificadas e injustificadas, os Conselheiros que justificaram suas ausências foram: Marillette, Maria Madalena, José Eduardo, Juliana Grebe, Sônia e Isabel, Robson, Aldren e Sr. Henrique, a Presidente Ana Lucia comenta que o Sr. Henrique havia colocado que não poderia comparecer, e foi pedido para ele justificar e ele justificou, pois não poderei comparecer é uma informação e não uma justificativa, e reforça a importância dos Conselheiros informarem a presença ou justificar a ausência para verificar se haverá quórum ou não para a reunião. A próxima pauta é sobre a aprovação da ata da reunião anterior, informa que não foi recebida nenhuma adequação, então a ata da 3ª reunião Ordinária está aprovada, na sequência a Presidente Ana Lucia coloca que precisa de um representante titular e um suplente para compor o Fórum Municipal de Educação, a Conselheira Marilza se dispõe e a Conselheira Leila também, Ana Lucia informa que no processo de inscrições para compor o Fórum, foi conseguido preencher todos os nomes, foram abertas as inscrições e enviado para as Unidades e todas as cadeiras foram preenchidas. A conselheira Leila informa que já está indicada no Fórum pelo SINEPE, a Presidente Ana Lucia diz que OK, e irá ver com os Conselheiros que não vieram hoje, a Presidente também informa que a eleição do Ensino Superior foi feita e que o candidato Fabiano Setim foi eleito suplente com 2 votos. Na Sequência segue-se para a próxima pauta e a Presidente Ana Lucia informa que foi recebida uma solicitação do CMEI João de Barro Preto pedindo a alteração do horário de funcionamento da Unidade das 18h para as 17h30, e coloca que foi feita uma pesquisa com a Câmara de Educação Infantil e há alunos na rede entre 17h30 e 18h, também conversou com a Diretora do Departamento infantil que disse ser complicado, então foi feito o encaminhamento para o Departamento, através da Secretaria responder essa questão do horário, e os documentos enviados junto com o pedido, a ata e as assinaturas, será encaminhado para a Câmara de Educação Infantil, para ser feito a análise e conversar com o Departamento. O próximo ponto é sobre as Escolas Particulares, a Presidente Ana Lucia coloca o Processo para o Programa de Aquisição de Vagas do CEI Riquezas da Vida, o mesmo foi analisado e atende todos os critérios, então pergunta se há alguém contrário a autorização, ninguém se manifestou. O próximo processo é sobre a Autorização e também Credenciamento de funcionamento para Oferta da Educação Infantil da Escola Sutter, a Renovação de Credenciamento para Oferta da Educação Infantil do CEI Espaço Kids, e também do CEI Amigo Pimpão, A Presidente Ana Lucia explica que as Escolas e CEIs, precisam estar credenciadas, além de ter autorização de funcionamento e que a Divisão de Estrutura está organizando a questão dos credenciamentos porque as Escolas estavam credenciadas pelo Estado, e como o Município tem sistema, elas

devem estar credenciadas pelo sistema, por isso a solicitação, e depois disso é publicado a Portaria de autorização através do Secretário, então pergunta se tem alguém contrário à essas autorizações, ninguém se manifesta contrário. O Conselheiro Luiz coloca em tela o resultado das Inscrições do Fórum e também o resultado da eleição do Ensino Superior, para visualização. A próxima pauta é sobre o calendário do CEI Riquezas da Vida que estava sendo enviado desde fevereiro, porém no e-mail errado, e agora foi recebido e feito a análise, o calendário contém 201 (duzentos e um) dias letivos, falta o carimbo identificando a Unidade, o restante está Ok cumprindo os critérios, fez uma troca de um dia de fevereiro por novembro, mas como ele faz parte do Programa de Aquisição de Vagas, vai ter que seguir o calendário do Municipal, então pergunta se há alguém contrário, ninguém se manifesta. Na sequência, segue-se para as correspondências recebidas, é colocado em tela O ofício nº 663/2023 - SEMED em resposta ao encaminhamento feito pelo Conselho que foi colocado pelo Sindicato sobre a Hora-Atividade, onde diz que: *“os Departamentos de Ensino Fundamental, Educação Infantil e de Inclusão e Educação Especial já iniciaram juntamente da Divisão de Suprimento e Apoio Pessoal, estudos para realizar as ações necessárias para efetivação da Lei.”* A resposta será encaminhada para o Sindicato e se alguém tiver dúvidas pode perguntar, mas está sendo estudado e inclusive a Presidente Ana Lucia foi chamada para tirar algumas dúvidas do Departamento sobre a hora atividade. A próxima correspondência é do CMEI Meu Pé de Laranja Lima, foi encaminhado para ciência do Conselho, e também para a Divisão de Alimentação e para o Departamento de Educação Infantil, a Presidente Ana Lucia lê o e-mail recebido da Diretora onde relata que a criança, aluno do Infantil III, “tem dificuldade de se alimentar e mãe não está enviando a criança para a aula, a criança apresenta o problema desde o ano passado, a mãe era funcionária da empresa Pontual e trabalhava no CMEI, relatado pela mãe a criança fazia uso de mamadeira a noite toda e em casa também não se alimentava, subentendendo que não é o problema com a alimentação fornecida pela da Unidade , há alguns dias o menino apresentou diarreia e a mãe deixou de trazê-lo alegando que o mesmo estava em tratamento, a família não apresentou nenhuma declaração médica a respeito da alimentação e quando foi questionada quanto a frequência da criança, a mãe iniciou o pedido de diminuição da carga horária por investigação de autismo, porém as declarações médicas assinadas por pediatra e gastro, não finalizam o laudo, em reunião com a família orientamos que a investigação não respalda a diminuição da carga horária, em ata consta o registro de fala da mãe dizendo que não irá trazer a criança ainda que não tenha atestado.” A Presidente Ana Lucia informa que foi encaminhado a cópia da declaração médica e que o grande problema é que a criança não está indo, a etapa em que a criança está

não é obrigatória, mas a mãe solicitou a diminuição da carga horária, a unidade informa que ela não apareceu e está com muitas faltas, “iremos solicitar a quantidade de faltas e encaminhar para o NUDCAI e será feita a busca ativa dessa criança, a questão da diminuição da carga horária será enviado para a Câmara de Educação Infantil fazer as investigações necessárias e poder responder, isso vai acontecer agora porque quando abre para um, vai abrir para outros, conversei bastante com a Chay e neste momento enquanto não temos a deliberação alterada, ainda vem, mas com a nova deliberação já encaminhamos isso porque ninguém foi contrário de que a SEMED possa autorizar através da deliberação com os critérios que as meninas do Infantil estão fazendo, nesse caso a mãe pede para deixar somente no período da tarde, por isso que temos que trazer para a Câmara porque alguns questionamentos precisa fazer para a família, precisa ouvir o Departamento de Inclusão Educação Especial e fazer a resposta para a família.” A Conselheira Queila coloca que precisa verificar se essa mãe precisa só do período da tarde para beneficiar quem? A criança mesmo? Porque a criança vai ter que se alimentar a tarde também, e alimentação da manhã é a mesma da tarde em questão nutritiva, será que é a criança que precisa ou é essa mãe que precisa que a criança só vá a tarde? tudo isso precisa estudar. A Conselheira Mônica comenta que a alimentação das crianças é maravilhosa, é balanceada, nutritiva, e quando tem restrição, vem diferente, nenhuma criança passa fome na Escola Pública. A Presidente Ana Lucia coloca que o caso será encaminhado para a Câmara de Educação Infantil analisar e poder responder e família. A Conselheira Leila contribui dizendo que também tem um caso parecido na Escola onde trabalha e relata o que tem sido feito. A Presidente Ana Lucia acrescenta que no caso relatado pela Diretora, a mãe não trabalha, mas o direito da criança estar na Escola ou CMEI, é publico, para todos, e que há um caso do Programa de Aquisição de Vagas, que a família pediu a redução da carga horária, mas no contrato a Prefeitura paga 40 horas, então nesse caso, se a família pedir, precisa verificar se tem vaga no município, precisa discutir e ver com o jurídico, porque acaba onerando o Município. A próxima pauta é sobre as sugestões de pauta trazida pela Conselheira Mônica, é colocado em tela e a primeira questão sugere a mudança do Calendário Escolar na voltas as aulas, mas a pessoa não especificou o porquê. A Presidente Ana Lucia diz que chamou a sua atenção a pergunta “Conhece os membros do Conselho?”, algumas pessoas responderam que sim, mas a maioria não, então pensa em fazer alguma ação. A próxima sugestão diz: “Mudança no Processo de Indicação de Diretores Escolares, com 2 (dois) mandatos e não podem ser indicados.” A Presidente Ana Lucia diz que isso também foi colocado na Audiência Publica, o Vereador Professor Wellington solicitou o encaminhamento das sugestões, em 2021

foi feita a pedido da SEMED a sugestão em relação a Lei, mas como mudaram membros nesse período, precisa chamar a Câmara de Planejamento e Normas para depois trazer para a reunião do Pleno, então para os membros da Câmara de Planejamento e normas, será feito o encaminhamento das sugestões que foram feitas em 2021 para fazerem a leitura e se quiserem fazer adequações ou achar que não vale mais, pode-se discutir e depois trazer para o Pleno fazer a discussão oficial para fechar e entregar um documento atualizado. A Conselheira Mônica pergunta se foi sugerida a extinção do quórum? A Presidente Ana Lucia responde que sim, foi feito. A Conselheira Queila diz para não haver quórum mínimo. A Presidente Ana Lucia diz que houve uma explicação e que tem que haver pelo menos 10%, mas é necessário ter uma quantidade de quórum. A Conselheira Mônica coloca que é exigido uma quantidade muito alta, e não vão muitas pessoas, por isso que tem as indicações. A Presidente Ana Lucia diz que não foi colocada a indicação, foi sugerido de fazer outro Processo, como em Curitiba. A Próxima sugestão colocada e lida é: “Aumento do número de Educadoras no Infantil III, apenas duas Educadoras se torna muita sobrecarga, pois são crianças bem pequenas de 2 (dois) para 3 (três) anos.” coloca vários motivos e no final diz que o número de crianças por profissionais também deveria ser revisto. A Presidente Ana Lucia coloca que também será encaminhado para a Câmara de Educação Infantil, pois já está sendo estudado isso. A última sugestão colocada diz: “Transparência nas vagas destinadas a Educação Especial, CEMAE, CAEP, Madre Paulina. Pedagogos que assumem cargo de direção ao final do mandato perdem a lotação (pois são beneficiados e ficam segurando vagas). Gratificação por curso concluído com mais de 100 horas. Profissionais que assumem áreas do conhecimento na SEMED com formação específica. Sistema de orientações on line ou ceder meio de transporte gratuito (vale formação). Criar um comitê de ética com profissionais não lotados na SEMED para averiguar possíveis casos de danos morais ou injusta agressão por parte de superiores (ouvidoria com protocolo).” A Conselheira Clície pede a palavra e diz: “Acho que essa pessoa não trabalha na SEMED, todo processo de remoção é enviado para as Unidades com todas as vagas, todas as vagas são colocadas a disposição de todo mundo, inclusive até para sala de recurso nós fazemos cadastro reserva, talvez a pessoa não leia os ofícios, ou eu não sei em qual sentido a transparência nas vagas, onde a gente não coloca vaga é porque não tem vaga, onde tem vaga sim, aparece a vaga, tanto no CEMAE, no CAEP nem fecharam as vagas que apareceram para remoção, Madre Paulina tinha 17 (dezessete) vagas a tarde no ano passado, somente 10 (dez) preencheu, de manhã tinham 8 (oito) e somente 6 (seis), então transparência nas vagas sempre acontecem.” A Presidente Ana Lucia coloca que sobre a gratificação de curso concluído com mais

de 100 horas, entra no plano de carreira, sobre profissionais com formação específica, no Fundamental sim, no Especial sim e no Infantil a grande maioria, sobre orientação on line ou meio de transporte gratuito, já tem o vale transporte, a SEMED centraliza a formação em um local e vale transporte que não será usado para ir na Unidade aquele dia, usa para vim na formação. Sobre o Comitê de ética para averiguar possíveis casos de danos morais ou injusta agressão por parte dos superiores, entra a questão da sindicância, não é uma pessoa só da SEMED, entra outros profissionais. Os conselheiros colocam que tem a ouvidoria também, a pessoa faz a denúncia e vai para a sindicância averiguar a situação. A Conselheira Queila pergunta se seria no E-SIC? A Conselheira Angela responde que pode fazer no E-SIC ou vim até a Secretaria e fazer com as meninas. A Presidente Ana Lucia coloca que seria importante os Departamentos destacarem essa informação, será feito o encaminhamento dessas perguntas, mas algumas coisas são muito claras, pode-se citar os editais do ano passado, mas algumas coisas entram no Plano de carreira, a questão do vale formação talvez não seria adequado, o vale transporte é obrigatório. O Conselheiro Luiz pergunta sobre o comitê, "seria para a SEMED criar ou o Conselho criar?" A Conselheira Queila coloca que entende que seria algo da Prefeitura, uma ouvidoria, já tem, mas às vezes não chega até a pessoa que está na ponta, e acha muito importante que o Sindicato informe essas pessoas, pois elas têm um receio de denunciar. A Conselheira Mônica coloca que as pessoas também têm medo do Sindicato, porque o Sindicato orienta a judicializar, e elas querem que vá um mediador junto para resolver. A Conselheira Clície coloca que se não tiver uma denúncia formal não tem como chegar na Unidade para falar com a Diretora. A Conselheira Mônica coloca que essas perguntas vieram pelo forms, então ela não sabe que é a pessoa, mas acha que deveria ter um espaço que não fosse nem oito nem oitenta. O Conselheiro Luiz coloca que já existe protocolo e já existe a abertura do processo de sindicância pela ouvidoria e se não quiser procurar o superior por medo de alguma coisa, esse comitê tem mais a ver com o Sindicato. A Conselheira Marilza coloca que talvez não seja criar um comitê, mas criar uma ouvidoria como tem no Estado. A Conselheira Clície complementa dizendo que no Estado a pessoa tem o direito de permanecer no anonimato. O Conselheiro Luiz coloca que no E-SIC também dá para manter anônimo. A Conselheira Marilza coloca que o E-SIC é geral da Prefeitura, mas de repente uma ouvidoria da Secretaria de Educação, facilitaria. A Conselheira Clície coloca que no Estado quando é registrado, vai direto para o Núcleo Regional de Educação, e então vai para o Diretor da Escola. A Conselheira Angela esclarece que o E-SIC tem uma central dentro da Secretaria de Planejamento, e as pessoas que recebem distribuem direto para a Secretaria que tem que ir. A Conselheira Marilza

coloca que não é direto na Secretaria de Educação, e funciona melhor quando é vinculado direto no órgão da solicitação. A Conselheira Mônica diz que já foi mudado no forms, e que agora entra nome e local de trabalho e se tiver alguma dúvida o sindicato já entra em contato com a pessoa. A Conselheira Marilza coloca que mesmo a ouvidoria do Estado sendo anônima, quando chega, sempre se sabe quem fez, porque o jeito da pessoa escrever e se expressar são sempre únicos. A Presidente Ana Lucia passa para o próximo assunto, sobre a Lei 4.211 de 04 de maio de 2023, que institui Dia de Conscientização sobre Síndromes e Doenças Raras, e comenta que trouxe para conhecimento e conta sobre a sua experiência no Colégio Medianeira onde teve uma aluna que era portadora de uma doença rara, cuja mãe sempre lutou para que fosse divulgado, orientado nas Escolas como agir com essas crianças, e acha importante trazer isso para as Unidades, porque às vezes os professores nem sabem, a direção recebe e a família não sabe. A Conselheira Clície coloca que: “quando chegam com diagnóstico, as Unidades sempre entram em contato com a gente, para perguntar se é de Sala de Recurso ou não, quais as orientações que serão dadas, como que pode fazer o encaminhamento.” A Presidente Ana Lucia diz que dificilmente há rejeição por parte das crianças, geralmente elas acolhem, e sugere que seja feita de repente uma fala. A Conselheira Clície coloca que “é difícil falar sobre sintomas, tratamentos ou Síndrome de Doenças raras, porque tem doenças que a gente nem conhece, tem uma criança na rede que tem um diagnóstico assustador e que a gente nem sabia que existia, mas a mãe veio falar, explicar, o médico mandou uma carta, fizemos uma chamada de vídeo com a nutricionista que acompanha, então é bem abrangente.” A Presidente Ana Lucia diz que tem o contato da Presidente da associação e ela vai aos locais para falar, então se for necessário podemos solicitar para ela vim, pois está crescendo muito esses casos de inclusão e precisa crescer o atendimento também. A Conselheira Clície diz que sempre fala para as famílias, diretoras e pedagogas das Unidades é: “precisa do suporte de quem está atendendo essa criança, porque quem vai mais entender a situação e o que pode ou não pode, são sempre os médicos, a nutricionista, a fisioterapeuta, T.O, fono, essas pessoas tem propriedade para dizer o que a gente pode ou não pode fazer dentro da Escola. Teve uma mãe que pediu uma cadeira para a filha dela se alimentar, mas foi colocado que era tão simples, foi pedido para a fisioterapeuta e ela enviou a medida da cadeira, acho importante sim em 2024 fazer um período de conscientização, estudos.” A Presidente Ana Lucia coloca que tem a questão da conscientização e pode-se ver parcerias com as instituições que tratam do tema que realizará campanhas ou atividades de conscientização, ver quais são realmente as instituições do Município que tem esse trabalho para trazer e as famílias terem conhecimento. A Conselheira

Leila faz uma observação dizendo: "será que essa Lei não foi pensando na saúde, por causa dos atendimentos, sintomas e tudo mais?" A Presidente Ana Lucia coloca que não está específico, mas que trouxe porque o Município recebe essas crianças na Escola, mas que pode-se trabalhar em conjunto com a saúde. A Convidada Bárbara coloca que tem uma filha que possui uma doença rara e que a sua luta desde que a filha entrou na Escola foi para que fosse divulgado isso, o que é, "toda vez que ela mudou de Escola e até no CAEP, eu trouxe todo o material de apoio explicando o que ela tem e todos os problemas de saúde e o que leva, e nunca houve uma divulgação, eu trabalho no CMEI que ela estuda hoje, esse ano mesmo eu levei livro, gibi do Maurício de Souza sobre a história e ninguém contou nas salas, eu levei para o pessoal saber, a minha filha tem acondroplasia, ela tem o tamanho de 75cm, mas ela vai fazer 6 anos, as crianças tem aceitação, mas acham que ela é um bebê, então ela criou uma revolta e faz acompanhamento com psicólogo justamente por isso, mas as pessoas não tem essa conscientização, mas eu busco na Escola, na sociedade, vou na comunidade e falo, tratem ela igual uma criança de seis anos, porque ela tem a mentalidade, essa é uma luta que eu tive aqui no CAEP, mas eu não vejo divulgação, a gente só vê a questão do autismo hoje, não é se vitimizar mas existem outras doenças, fui até no Vereador para ver a questão da conscientização, porque existe o dia da Síndrome dela, o Brasil inteiro para e coloca pontos em verde para a conscientização do nanismo, teve um ano que eu achei que iria dar certo, me garantiram que iriam colocar os pontos em verde, a gente foi junto com outras mães e não teve nada, falaram que iria ter e não teve, a gente divulgou até na ANNABRA, a associação do nanismo do Brasil inteiro, que iria ter aqui em São José, e a gente passou vergonha, foi um problema bem sério." A Conselheira Queila coloca que no CMEI Vovó Rosária, aprenderam no dia a dia a lidar com a Síndrome que ainda não se sabe qual é, e relata o caso da criança que tem APLV severa e dermatite atópica severa, e o que tem sido feito, e cita a importância da família avisar e orientar a Escola, para que a Escola saiba o que fazer. A Presidente Ana Lucia coloca o último assunto da reunião, informando que chegou hoje no Conselho um ofício do Professor Abelino, que está dizendo com cópia para o Conselho Municipal de Educação, "mas nós não recebemos, quando a Cristiani Carmezim me mostrou, eu fui atrás, liguei, mas não me deram resposta, de qualquer forma a SEMED fez o encaminhamento." A Presidente Ana Lucia faz a leitura do Ofício nº 208/2023 onde solicita o abono de falta dos alunos, devido ao período conturbado que se passou relacionado com a segurança nas Unidades, até que se reestabeleça a normalidade e os alunos possam estudar em segurança, tranquilizando os pais ou responsáveis. A Presidente Ana Lucia coloca que conversou com o Secretário e quando a Cristiani trouxe isso já

começou a pensar em que fazer, e contando o número de faltas desde o primeiro dia que foi 05 de Abril até o dia 20 que teve o movimento, são 10 faltas no mês de Abril, aí tem a questão de justificar algumas faltas, reposição em caso de luto, e não vê nenhum problema, mas estipulando o período, mas desde que a família justifique, porque há uma preocupação de justificar a falta sem saber onde que estava essa criança, então precisa ter a justificativa da família dizendo, e também limitar esse período, a Presidente Ana Lucia diz que precisa colocar em votação e fazer o encaminhamento para a SEMED com urgência. A Conselheira Dhebora pergunta se a votação é para o abono? A Presidente Ana Lucia responde que seria de forma geral, mas a Unidade de Ensino que vai ter que solicitar a justificativa para as famílias. A Conselheira Fátima coloca que o Conselho Tutelar também recebeu esse ofício, mas foi respondido que não cabe ao Conselho Tutelar o abono das faltas, o Conselho Tutelar cuida da Evasão Escolar, e não do abono de faltas. A Conselheira Mônica pergunta se isso não contabilizaria para a retenção? Caso o aluno chegue ao final do ano com essas faltas, subtrairia, e mandaria um formulário para essas Escolas para que fosse justificado pelas famílias e a família auto-declarar que foi por conta da violência e que se responsabilizam pelas informações prestadas, que ele estava com a crianças e a criança estava em segurança. A Presidente Ana Lucia diz que precisa sair um Parecer com as orientações, precisamos colocar, pois se for falta justificada por um Parecer aprovado pelo Conselho, vai ter o mesmo peso de um atestado médico, não será contado no final do ano, porque o Conselho autorizou para que essas faltas fossem justificadas, o problema é quem não justificar, precisa ver também se a crianças nesses 10 (dez) dias não foi nenhuma vez, como que está a aprendizagem? Então precisam ser encaminhadas as atividades para essas crianças, porque nesse período eles têm direito. A Conselheira Mônica coloca que na Escola em que ela trabalha já tem esse procedimento, se o aluno falta, já é encaminhada atividade, quando essas crianças retornaram tinha uma pilha de atividades, agora precisa ver se a família irá fazer. A Conselheira Dhebora diz que entram várias situações, caso o aluno falte, ele tem os 25% que é permitido e 10 (dez) faltas é bem menos que o valor máximo, então acha que é válido. A Conselheira Angela pergunta se tem alguma manifestação do Fundamental neste documento? A Presidente Ana Lucia diz que não, só foi colocado o seguinte: "Ao Conselho Municipal de Educação, digo, Gabinete, aguardando manifestação do Conselho Municipal de Educação." Estão solicitando a manifestação. A Conselheira Angela pergunta se eles manifestaram a opinião deles em relação à isso? A Presidente Ana Lucia responde que não, e em conversa com a Cris, a mesma disse que estava preocupada em dizer não, e o Secretário também disse que o "não" daria uma balburdia, mas acreditamos que não vai ter problemas se

for decidido por abonar. A convidada Rosiani faz a colocação que no dia 20 (vinte) de abril, o Departamento se organizou e foram até as Unidades para levar um pouco de tranqüilidade e ver como que estava a situação, e das onze Unidades em que ela visitou, as que citaram situação de falta destacaram que os alunos que estavam faltando eram os mesmos que sempre faltam. A Conselheira Dhebora diz que sempre manda bilhete das faltas e que teve mãe que justificou os atentados de faltas antes dos atentados, e coloca ser uma situação bem complicada. A Conselheira Clície conta que no dia 20 (vinte) foi aos CMEIs com a Sara e nas Escolas, “na Escola Ilza não tivemos problemas, na Madre Paulina tinha sala cheia, sala vazia, sala com 1, em termos de comparecimento na Madre Paulina foram uns 40%.” A Conselheira Queila coloca que na Educação Infantil também teve uma queda bem grande, no CMEI Vovó Rosária atende 110 crianças no total e nesse dia foram 24 crianças pela manhã e 22 a tarde, mas todos os pais justificaram no grupo que se sentiram mais tranqüilos com a criança em casa e com alguém cuidando. A convidada Rosiani esclarece que a situação que ela relatou foi do dia 05 (cinco) até o dia 20 (vinte), e no dia 20 (vinte) vários não foram, mas teve alguns que desde o dia 05 (cinco) estavam faltando e justificando os ataques, mas os diretores relatam que eram estudantes que já tinham muitas faltas antes do dia 05 (cinco). A Conselheira Dhebora relata que teve 2 (duas) crianças com crise de pânico que as mães procuraram a Unidade porque queriam deixar em casa, mas foi deixado bem claro que também tinha que procurar um serviço de saúde, porque deixar em casa uma criança com crise de pânico é negligência, e no outro dia a criança foi para a aula. A Presidente Ana Lucia coloca em votação a questão de abonar de 05 (cinco) a 20 (vinte) de abril, com justificativa da família, pode ser na agenda, ou em uma folha encaminhada, algo parecido, e para garantir o direito da criança que a Unidade faça o encaminhamento das atividades nesse período em que eles se afastaram. A Conselheira Leila comenta que percebeu na Escola em que ela trabalha e também nas Escolas onde seus filhos estudam que a preocupação dos pais foi só até o dia 20 mesmo. A Conselheira Queila relata que FEA o registro de 3 (três ou 4 (quatro) atas, de mães que à procuraram muito nervosas, e foi falado que se elas se sentissem melhor em deixar a criança em casa, foi registrado em ata que o retorno estaria vinculado quando chegasse o vigilante, essa semana chegou o vigilante e ontem as crianças já estavam no CMEI normalmente. A Presidente Ana Lucia coloca que tem a questão de limitar até o dia 20 (vinte), os conselheiros concordam. A Conselheira Clície lembra que tem lugares que não receberam o vigilante ainda. A Conselheira Queila explica que fez o registro para não ter o acionamento do NUDCAI, por questões de evasão escolar e saber o que está acontecendo com a criança, na Educação Infantil é válido, mas no Fundamental existe

um prejuízo maior. A Presidente Ana Lucia coloca que precisa orientar a família que a partir de agora, faltas, não é um padrão para justificar, é somente aquele período em que houve esse exagero, se acontecer de novo, voltamos a conversar sobre isso, mas acha que precisa limitar. A Presidente Ana Lucia faz a votação com os Conselheiros, perguntando um a um se é favorável ou não ao abono de faltas no período de 05 (cinco) a 20 (vinte) de abril, 10 (dez dias letivos). Todos os Conselheiros presentes se manifestam favoráveis. A Presidente Ana Lucia reforça sobre os aspectos da justificativa, orientar as famílias em relação as atividades que devem ser feitas e entregues. A Conselheira Dheborá pergunta se poderia solicitar aos Departamentos um documento oficial, o mesmo documentos para todas as Escolas mandarem para os pais justificarem? A Presidente Ana Lucia pergunta se seria uma folha de justificativa? a Conselheira Dheborá coloca que sim, para esse período, explicando para os pais a oportunidade que eles estão tendo, se vão aderir. A Presidente Ana Lucia pergunta para a Conselheira Clície se seria possível? A Conselheira Clície coloca que pode elaborar um modelo. A Conselheira Dheborá sugere que cada Departamento emita pelo menos uma sugestão de modelo para ser encaminhado para as Unidades, com explicação para as famílias, um local para preencher a justificativa e na sequência os pais que enviarem, a escola envia as atividades, ficando documentado que foi uma oportunidade a nível de Município, e não uma situação de cada Escola. A Presidente Ana Lucia diz que pode ser colocado, sem problemas. A Conselheira Clície diz que conversa com a Sara e com a Cris a respeito do modelo. A Conselheira Queila coloca que para o Infantil nem precisaria a questão da entrega de atividades, mas a justificativa é bem importante. A Presidente Ana Lucia concorda e coloca que quem fez a ata, já tem justificativa na ata, talvez pensar na orientação, de repente a SEMED manda um modelo mas já foram feitas várias atas. A Presidente Ana Lucia coloca que será enviado a alteração da Lei que o Conselho fez, para o pessoal da Câmara de Planejamento e Normas fazer a análise, e depois marcar a reunião para discussão, adequações e encaminhar para o vereador, porque o mesmo solicitou todos os documentos de alterações, para poderem elaborar essa alteração, e lembra que as reuniões de Câmaras não precisam de convocação, nem tem essa previsão no regimento, então quando já é falado na reunião, e encaminhado os documentos, todos já tem ciência da questão da reunião, a Câmara do Fundamental já tem dois encaminhamentos, precisa marcar a da Câmara de Educação Infantil. A Presidente Ana Lucia agradece a todos que compareceram na reunião, lembrando que a próxima está prevista para 15 (quinze) de junho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Em tempo complemento que a Conselheira Clicie Maria C. Negoseki participou da reunião a partir das 14h45, e a Conselheira Stela Regina G. Wontroba, deixou a reunião as 15h18.

Eu, Valdinéia Santos de Lima, lavrei a presente ata e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

Two handwritten signatures in blue ink. The first signature on the left is more complex, with a large loop and a horizontal stroke. The second signature on the right is simpler, consisting of a few loops and a horizontal stroke.